



Anais da Assembléia

N.º 21

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1981

ANO VII

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 17.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1981

TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Nestor Baptista e Airtton Cordeiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Bufara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisósomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Pela ordem) — Requeiro de Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a chamada nominal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, quando Vossa Excelência atendeu ao requerido pelo nobre Deputado Gernote Kirinus, Vossa Excelência esqueceu de soar os tímpanos ou a campainha.

Nós temos certeza que existe número regimental na Casa, porquanto nós verificamos pessoalmente o serviço de portaria, existindo ali número regimental.

Então, requeiro a Vossa Excelência a interrupção da chamada para que Vossa Excelência alerte toda a Casa que está fazendo chamada nominal para verificação de "quorum" e reinicie novamente a chamada.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa esclarece ao nobre Deputado, que já por duas vezes alertou todos os gabinetes, mas, o fará pela terceira vez atendendo solicitação.

O SR. SECRETÁRIO — (Reinicia a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 30 Srs. Deputados.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

COMUNICAÇÃO:

COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na forma regimental, renuncio, nesta data, a condição de membro de todas as Comissões Técnicas Permanentes desta Casa.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

INDICAÇÕES:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Para compor a Comissão Especial Pluripartidária de Deputados para acompanhar o desenvolvimento das negociações envolvendo a direção da Usina de Itaipu e os proprietários das terras a serem desapropriadas, a liderança do Partido Popular indica o nome do Deputado EDILSON ALENCAR.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder do PMDB, indico os Srs. Deputados: FIDELCINO TOLENTINO, GERNOTE KIRINUS e o Deputado subscritor para comporem a Comissão Especial para interceder o impasse entre Itaipu e agricultores.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Com o presente, em nome da Liderança do Partido Democrático Social, indico os Senhores Deputados TÉRCIO ALBUQUERQUE, WERNER WANDERER, DAVID CHERIEGATE, FUAD NACLI e EGON PUDELL para integrarem a Comissão Pluripartidária, que acompanhará o desenvolvimento das negociações envolvendo a direção da Usina de Itaipu e proprietários das terras a serem desapropriadas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento do PADRE MAX KAUFMANN, ocorrido em data de ontem em

Cornélio Procópio.

O extinto que era vigário da Igreja São José Operário, situado na Vila Popular, era por demais estimado, tendo o sepultamento ocorrido hoje, com a presença consternada de quase toda a população procopense.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado conhecimento ao Reverendíssimo Bispo Diocesano D. Domingos Wisniewski e aos Padres Dominicanos da Igreja Cristo Rei, ambos de Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1.981.

a) Rosário Pitelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Angelo Gequelim, ocorrido no dia 30 de março do corrente ano.

Outrossim, requer, aprovado o presente, seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada na pessoa da Sr.^a Cecília Gequelim, residente no distrito do Bugre, Município de Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1.981.

a) Carlos Zanlorenzi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com apoio do Plenário, REQUER, a manifestação desta Assembléia Legislativa às reivindicações dos sojicultores do Oeste Paranaense para que sejam prorrogados os prazos de custeio a fim de o agricultor não seja espoliado, como já aconteceu em várias safras no passado.

Os cooperados da Cooperativa de Cascavel reunidos em assembléia resolveram enviar apelo aos Excelentíssimos Senhores Ministros da área econômica um veemente apelo neste sentido e foram apoiados pelas Associações Comerciais e Industriais, bem como pelo Governador Ney Braga.

O presente requerimento visa a incorporação dos representantes dos produtores nesta Assembléia que somem seus esforços e sua voz, junto ao Governo Federal para que o produtor não seja prejudicado.

Para que conste nos Anais desta Casa e para justificar o presente requerimento juntamos os telex que nos foram enviados.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1.981.

a) David Cheriegate.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após aprovação deste Plenário, a anexação da documentação que acompanha este instrumento, ao requerimento datado de 06.11.1.980, assinado pelos parlamentares Nelton Miguel Friedrich e Gernote Kirinus, ora em tramitação na C.C.J. desta Casa.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1.981.

a) Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente. Srs. Deputados, levando-se em consideração as gravíssimas acusações que pesam contra o administrador do Município de Medianeira, Luiz Bonatto, em data mencionada e através de requerimento enviado para apreciação deste Plenário, solicitávamos o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no qual pedíamos o afastamento daquele "donatário" do cargo de Prefeito biônico, para que respondesse perante a justiça, pelas acusações

que lhe são imputadas. O requerimento porém foi encaminhado à C.C.J., sendo que até o momento não voltou para a apreciação do Plenário. Nesta oportunidade, requeremos sejam anexados ao mesmo requerimento, dez fotocópias de documentação proveniente do Banco Central do Brasil, na qual constam irregularidades praticadas, nas quais o "biônico" Luiz Bonatto encontra-se envolvido.

Por entender que tais acusações mais uma vez denigrem a posição daquele alcaide, solicitamos a anexação da mesma ao requerimento, para que tais acusações somem-se às demais, onde fica claro e patente a impossibilidade ao nosso ver, da continuidade daquele elemento frente à administração pública de um município, por tempo indeterminado e diante de tais acusações de irregularidades, em detrimento da população.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 22/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA.

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de SANTA RITA D'OESTE, no MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, conforme os limites e confrontações abaixo descritas.
NORTE E NOROESTE: — Confronta com terras do Município de Terra Roxa, através de uma linha seca que parte da Estrada Paulista, segue entre os lotes 172 e 173, 173 e 174 até a estrada de SANTA RITA, seguindo por esta até encontrar a Estrada Ranchinho. Segue-se pela Estrada Ranchinho até a Estrada Dr. Dário e segue-se finalmente por esta até a divisa com o Município de Palotina.

LESTE: — Confronta com terras do Município de Palotina através de uma linha seca,

SUDESTE: — Confronta com terras do Município de Nova Santa Rosa através de uma linha seca,

SUL: — Confronta com terras do Município de Marechal Cândido Rondon através do rio Guassuzinho,

OESTE: — Confronta com terras do Município de Terra Roxa, através de uma linha seca, que parte da divisa com o Município de Marechal Cândido Rondon, passa entre os lotes 116 e 115, cruza o Arroio Serpentina, cruza também o córrego Santa Lourdes e segue até a estrada Paulista, seguindo por esta até o ponto mencionado.

ÁREA APROXIMADA: 5.110,00 alqueires, ou

12.366,00 hectares, ou

123,66 Km²

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1.981.

a) Francisco Escorsin.

PROJETO DE LEI N.º 23/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "NÚCLEO SOCIAL EVANGÉLICO DE LONDRINA — NUSELON" com sede na cidade de LONDRINA — Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1.981.

a) Valduga.

JUSTIFICATIVA:

O "NÚCLEO SOCIAL EVANGÉLICO DE LONDRINA — NUSELON", com sede e foro na cidade de LONDRINA, Estado do Paraná, constitui uma sociedade de caráter cívico-religioso, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, tem como finalidade a recuperação integral de pessoas escravizadas pelos vícios, psicotrópicos, entorpecentes, bebidas

alcoólicas e outras drogas, a promoção da pessoa humana, necessitada de recursos econômicos, construção, manutenção e supervisão de obras de libertação, educacional, assistencial e beneficente, estudar, adotar e executar planos que redundem no bem material, moral, educacional e espiritual dos beneficiários e prestação de trabalho que vise sua integração sócio-profissional.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades e atende as determinações previstas em lei.

A NUSELON, por sua própria condição e pelo relevante papel que vem desempenhando na área social de nosso Estado, justifica por si a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra com satisfação a presença neste plenário do Sr. João Baptista de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Ibatí. Igualmente registra a presença de uma Comissão composta pelo Sr. Júlio Bifon, Manoel Bertin, Aquilino Baldêncio, Nêrgio Antelo e José Zeno Fachin, que fazem entrega neste instante à Presidência da ata da apuração do plebiscito realizado no Distrito de Sarandi.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje comemora-se 17 anos da gloriosa Revolução de 64 de 31 de março, que é comemorado por alguns com alegria e por outros com tristeza. E entre os que relembram com tristeza, está o nosso povo no Oeste do Paraná, faixa de fronteira, denominada área de segurança nacional.

Foi sob esse binômio segurança e desenvolvimento inspirado numa espúria Lei, Doutrina de Segurança Nacional, que se decretou o fim de um regime democrático, onde o povo nas áreas de segurança escolhiam livremente seus prefeitos. Em contradição ao mais elementar princípio universalmente reconhecido da democracia, que reza no seu original inglês dizendo "No tributacion is aut representacion" ou seja, não pode haver tributação sem uma representação legítima.

Esse princípio democrático que é universal, é atendido nas mais primárias formas de organização social, em toda a nossa sociedade brasileira e já era aqui no Brasil uma tradição, mas que foi interrompida na faixa de fronteira, para dar lugar a proteção aos corruptos, que se mantém no poder. E se voltamos nesta ocasião à tribuna, é para afirmar que o PMDB, não tem ainda força suficiente para agir em nome do povo, para defender os legítimos anseios e aspirações. O Governo do Estado entretanto, tem ainda menos.

Mas, tem sobre os seus ombros, o peso da responsabilidade sob o silêncio, conivência, com as irregularidades administrativas cometidas pelos seus nomeados nessas consideradas áreas de segurança nacional.

Evidentemente, que tal ocorre, por falta de poder de decisão ou por omissão, o Governo Estadual consegue na pior das hipóteses, dividir as responsabilidades com os maus administradores perfeitos serventuários do processo político de exceção, força e arbítrio existentes ainda naquela área de segurança.

Nós referimos já, em várias ocasiões ao caso do "biônico" de Medianeira, que aliás, hoje, quando se homenageia a Revolução de 64 está também se homenageando indiretamente o biônico, o infalível, o verdadeiro protótipo da desonestidade administrativa, LUIZ BONATTO, a serviço do Governo e da Revolução de 64.

O todo poderoso "donatário" vem sendo apontado pela prática de atos violentos contra os interesses do povo medianeirense, e mesmo assim, continua no cargo de adminis-

trador de um município da área da Segurança Nacional. (Lê):

"E nesta oportunidade requeremos, Sr. Presidente, em pleno 31 de março, sejam anexadas ao requerimento de minha autoria e ao requerimento do Deputado Nilton Friedrich, dez fotocópias dos documentos expedidos pelo Banco Central do Brasil, onde se constata mais uma vez, as peripécias do homem do Governo Estadual, em transações fraudulentas, o que comprova portanto, de que as demais acusações contra ele, são procedentes.

Muito nos causa estranheza, de que a CCJ, ainda não tenha se manifestado a respeito das acusações levantadas contra o "donatário" Luiz Bonatto, mesmo diante das diversas peças de comprovação e manifestações acusatórias existentes, e diante de requerimento que ainda dorme nesta Casa, enquanto Luiz Bonatto age contra o povo.

Aos documentos que pedimos sejam anexados ao requerimento trazido a esta Casa ainda no ano passado, constam os seguintes desvio de produção: — relatório apresentado pelo Banco Central do Brasil — "O cidadão Mauro Luiz Ceballos Bonatto, desviou produção de soja de sua lavoura, obtendo cobertura do PROAGRO para liquidação da operação, foi apurado ainda, que desviou parte da produção obtida, entregando-a a Cotrefal em nome de LUIZ BONATTO — o "donatário", que tais procedimentos caracterizam fraude.

Em outra guia do Banco Central do Brasil, consta o seguinte: "LUIZ BONATTO — desvio de produção — apurou-se que entregou à Cotrefal, em seu nome, parte da produção de soja obtida por Mauro Luiz Ceballos Bonatto em lavoura financiada, propiciando, desse modo, obtenção indevida de cobertura do PROAGRO."

E quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa aprovará o requerimento em que solicita ao Governador Ney Braga o afastamento de LUIZ BONATTO, da Prefeitura de Medianeira, para que responda pelas acusações que lhe são impostas? Ou será que o Governo continuará dando respaldo e apoio para que continuem tais atrocidades em plena área de Segurança Nacional?

O povo já está cansado e desacreditado deste governo que apenas demonstra artisticamente, interesse no combate a corrupção, mas que na verdade, é envolvido por atos de pessoas que não nos merece confiança nem respeito, enquanto persistirem as dúvidas, enquanto aparecerem acusações e documentos, para os quais o governo fecha os olhos.

Onde está o espírito da revolução salvadora de março de 64, ou será que apenas fardou-se e investiu-se de poderes excepcionais para permitir o avanço da corrupção?

Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta Casa pronuncie-se o quanto antes, caso contrário o "donatário" Luiz Bonatto, acabará requerendo na justiça, USOCAPÃO pelos longos anos de "posse" sobre o Município de Medianeira."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"O regime político-militar implantado em 1.964 pretendeu mudar a sociedade brasileira. E mudou. Pretendeu reformar os costumes políticos. E mudou.

Sua campanha de desestabilização político-institucional contra o governo legitimamente constituído, tinha como principais pretextos combater a subversão político-social, a corrupção que tomava todos os setores do governo e a inflação que chegava a altos níveis, corroendo os salários e economia nacional.

Por subversão se entendia o direito de voto aos analfabetos, a organização de funcionários civis e militares em

associações com direito a opinar também sobre economia, política e sociedade. Por subversão se entendia o ativismo dos sindicatos e associações de trabalhadores rurais e urbanos, em busca de seus direitos. Por subversão se entendia o amplo debate público sobre os problemas da sociedade brasileira. E por subversão se entendia, nesse conjunto, que cada vez mais o povo, especialmente as camadas trabalhadoras, se organizassem e se manifestassem, exigindo mudanças no país.

Por corrupção se entendia que algumas empresas e empresários recebiam maiores financiamentos que outros; recebiam concorrências e outros não, que os ministérios e institutos de providência empregassem pessoas e tivessem à frente, políticos —bons e maus— ligados à massa trabalhadora.

A inflação, apesar dos constantes aumentos salariais dos trabalhadores para corrigir suas deficiências de poder aquisitivo, já chegava a quase 18,7% e isto era o descrédito nacional.

Passados 17 anos, a subversão tornou-se oficial. Autoridades ineptas e corruptas não respondem perante a nação organizada; membros do governo realizam sem nenhum escrúpulo, negócios e programas para benefício de grupos. As riquezas nacionais foram entregues aos poderosos grupos internacionais, sepultando o sonho de independência brasileira. A lei e a ordem são palavras e ameaças proferidas por autoridades que desejam conservar este estado de coisas contra os interesses nacionais e populares.

A corrupção é parte intocável do governo e de seus acólitos. Não há grande negócio neste País que não seja também uma negociata. Enquanto o povo geme de desespero e desesperança.

A inflação, sem dúvida, é a segunda maneira de tomar os salários e a poupança das classes trabalhadoras.

Afinal, o que há para comemorar neste 31 de Março? A salvação da América e do mundo? Ou a perfeita harmonia hierárquica das instituições, a perfeição da co-responsabilidade nos poderes da República? Ou a honestidade, a probidade do governo em todos os escalões? Ou ainda, a estabilidade econômica da moeda e do País, desinflacionado pelas políticas colocadas em prática ao longo destes anos?

A sociedade brasileira mudou, acumulando dependência e agravando suas deficientes estruturas. A reforma dos costumes políticos é tragédia nacional do autoritarismo aliado à corrupção e o entreguismo.

Para dar resposta a estas e outras questões, apareceu na televisão uma figura identificada como coronel-educador, Sidney Lima dos Santos, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Tuiuti, de Curitiba.

Com o civismo de um coronel e a autoridade de um educador, o referido cidadão falou sobre a democracia implantada para salvar o País, e é uma ilha paradisíaca cercada de miséria e desgraças de todos os lados.

Parodiando algumas personalidades nacionais, temos de nos perguntar: “a quem aproveitam tais sandices?” E chegamos logo à conclusão de que ao próprio orador. Pois no setor educacional foi um privilegiado do sistema e do regime: enquanto as verbas do ensino público decaíam, enquanto a qualidade do ensino descia vertiginosamente, enquanto se criavam escolas com atestado político-ideológico, o coronel montou o seu esquema de vivência e sobrevivência.

Pouca gente lembrava que o dito tinha favores a retribuir, homenagens a prestar. Mas ele não esqueceu. E tanto não esqueceu que jogou fora sua pequena, ínfima imagem de educador, para apresentar-se como cientista político de botequim; melhor dizendo, de professor de Moral e Cívica deste gigante adormecido, que recusa vestir sua fantasia de potência mundial.

O Sr. Sidney Lima Santos, coronel-educador da Facul-

dade Tuiuti é um dos prepostos da mentalidade que transformou as escolas em aparelhos ideológicos, que inseriu nos regimentos internos o mais profundo autoritarismo; que caracterizou a expressão de cátedra; que cortou violentamente os recursos e que criou disciplinas para condicionar, enganar e violentar a opinião da nossa juventude.

O aparecimento do coronel-educador, num noticiário de televisão, é uma demonstração de que não vai ser fácil fazer uma reforma da educação, para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político deste País.

Ainda bem que após as colocações equivocadas do referido senhor, o locutor anunciou a próxima atração: — Plumas e Paetês.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

“O meu pronunciamento hoje enfoca dois itens: o primeiro menciona, para os Anais da Casa a inócua defesa do alcaide de Ponta Grossa, ao tentar refutar minha exposição sobre os desserviços que presta à minha cidade natal, não houve realmente defesa, e as suas declarações contidas no “Estado do Paraná” da última sexta-feira, dia 27; o Prefeito de Ponta Grossa se declara réu confesso de desmedidas atitudes tomadas em mais de 4 anos de administração.

Repito no dicionário do Prefeito não há as palavras “idealismo e honestidade”, há efetivamente as palavras antagônicas.

Espero que o Poder Judiciário não seja tão cego diante de réu confesso.

Quantas esperanças tivemos com o movimento de 31 de março de 1.964, cujo objetivo primordial, foi de restabelecer a moralidade, foi de restabelecer os propósitos elevados dentro das funções públicas, para o engrandecimento da Nação.”

É eu tenho grande esperanças e acima de tudo confiança, de que continuaremos na moralidade que foi imposta pelo Governo da Revolução de 1.964.

Moralidade e honestidade, — foi o tema de 31 de março de 64. Espero que não seja esquecido. E espero que todos os líderes, quer do Partido do Governo, quer da oposição, lutem por isso. A fim de que possamos sempre respeitar a honestidade, o idealismo e acima de tudo o altruísmo em prol das boas causas públicas, de que o Brasil tanto precisa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (continua lendo).

“Moralidade e honestidade -- foi o tema de 31 de março de 1.964.

Espero que não seja esquecido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O segundo assunto que me traz à tribuna, é o reingresso do engenheiro Saul Raiz à função pública. Colega de profissão, sempre reconheci em Saul Raiz elevada capacidade administrativa, e, foi com deveras surpresa que recebi a notícia de que Saul Raiz seria o titular da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, nesse emaranhado conjunto de Secretarias estaduais.

No entanto, minha surpresa inicial passa a uma efetiva esperança, através de sua atuação; não mudou a forma de agir como profissional: engenheiro conciso e simplicista dentro dos objetivos básicos para o sucesso da administração, vem desenvolvendo um trabalho eficiente no atendimento aos prefeitos.

Solicitações justas, com reivindicações de comunidades municipais que estavam enterradas por mais de 2 anos em gabinetes sem solução, tiveram com Saul Raiz, e sua canetada

de dez minutos, a solução no atendimento ao que é justo para a gente do interior.

É bem verdade que se diga, tem a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, o respaldo, o apoio total do Governador do Estado, dentro das verbas orçamentárias que está destinando às Prefeituras.

É, a forma de governo, bem característica de Ney Braga. No entanto, fica aqui uma primeira ressalva.

1.^o — Aos Prefeitos do Paraná:

A Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios está destinando verbas dentro de uma programação de aplicação, recomendo que façam as aplicações dentro dos objetivos estabelecidos. Façam as prestações de contas. Esta recomendação o faço no interesse conjunto de todas as prefeituras paranaenses, no sentido de serem novamente atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios. Pois, na vivência de muitos anos que tenho com Saul Raiz; prático e objetivo, mas também altamente disciplinado e exigente na prestação de serviços.

2.^o — A outra ressalva que faço é dirigida ao colega de profissão, Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, Engenheiro Saul Raiz:

Dentro do objetivo desta Secretaria, no atendimento à população interiorana, é necessário também o prestigiamento político aos Deputados estaduais e federais, líderes de suas comunidades, e que muito representam no panorama político estadual.

Tenho certeza de que o Engenheiro Saul Raiz compreende perfeitamente esta observação, e deva estar dando o equilíbrio de atendimento não só dentro das necessidades municipais, como também dentro do consenso político dos líderes dos Poderes Legislativo e Executivo, no esforço da unificação desses Poderes.

Termino, registrando a confiança que sempre tive e tenho em técnicas de administração."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Revolução de 64 tinha duas prioridades. a primeira, política, que era o combate à subversão, e a segunda, era a econômica.

Mas, passados 17 longos anos, a inflação virou caso de polícia, Sr. Presidente, tendo o Presidente João Baptista Figueiredo afirmado que botaria na cadeia os especuladores e tubarões, os quais contribuem para que a mesma cresça assustadoramente.

Desesperados, e não encontrando fórmulas para que a inflação diminua, provocam o desaquecimento da economia, o que, por certo levará ao desemprego milhares de brasileiros, vindo, assim, o Governo a confessar a sua derrota pela inflação, e aí estão os números a reafirmar aquilo que assistimos ao longo deste período dito como revolucionário.

De 45 a 50, a taxa média de inflação foi de 11,4% de 51 a 54, de 15,5% de 55 a 59, de 18,7%, já depois do golpe de 64, de 65 a 68, 37,3% de 69 a 78, 38,4%, e, hoje, 1981, ela chega à casa de mais de 120%.

Mas, o que é mais grave, Sr. Presidente é que a promessa era de que a inflação baixaria no período revolucionário. E, para que isso ocorresse, os donos do poder acabaram com as lideranças democráticas, e adotaram uma política de recessão, o que levou milhares de empresas à falência, trabalhadores ao desemprego acabaram as eleições livres para os cargos de Presidente, Governadores e Prefeitos, fecharam os sindicatos e prenderam líderes populares para que os trabalhadores não pudessem lutar por melhores condições de vida, aplicaram o arrocho salarial implacavelmente, eliminaram a estabilidade de

emprego e criaram o fundo de garantia por tempo de serviço, o que foi um desserviço à classe trabalhadora, pois hoje as empresas despedem seus trabalhadores em qualquer época e sem motivo justo.

Apertaram o crédito, não permitindo que as empresas investissem na ampliação ou construção de novas fábricas e eliminaram os deficits oficiais do Governo.

Todas essas medidas custaram caro ao País, mas a inflação continua sua ascensão vertiginosa. E hoje, destruída está a base de nossa sociedade ou do nosso pacto social, pois ao trabalhador não adianta ter ganho menor ou maior, pois a inflação lhe tira esse ganho. Não se pode combatê-la, institucionalizando a correção monetária, não se ordena a economia, abrindo as portas para o capital estrangeiro, que hoje aqui suga o nosso povo.

Os magos da nossa economia querem diminuir o custo de vida com a liberação de juros, hoje os mais altos de toda a nossa história, oito por cento ao mês, e os juros agrícolas de 7,5% a 15% ao ano, se elevaram para quarenta e cinco por cento no custeio e setenta e três por cento nos investimentos ao ano.

Se isso não bastasse, para confirmar a grande derrota da chamada Revolução brasileira, ou do golpe de 64, poderíamos acrescentar o crescimento da dívida externa, a qual passou de três bilhões para cinquenta e cinco bilhões em dezembro de 1980.

Nossa balança de pagamento para 81, tem uma previsão de aproximadamente vinte e seis milhões de dólares de importações, e exportações de vinte e cinco milhões.

Gastaremos somente com o serviço da dívida, doze milhões de dólares, necessitando o País, em 1981, contrair novos empréstimos, num total de vinte e um milhões de dólares.

Nossa dívida, ao final do ano de 81 chegará à casa dos sessenta e três milhões de dólares, Sr. Presidente.

Mas, aqui, neste País, se dá proteção ao capital estrangeiro, com isenções e benesses de toda forma, enquanto o nosso empresário, pequenos e médios, se arrebatam de ter que pagar inúmeros tributos, dentre os quais o imposto de renda, que neste ano de 1981, é, sem dúvida nenhuma, achapante.

Enfim, a revolução brasileira transformou o processo democrático em um processo autocrático ditatorial, que levou a Nação para um abismo e o caos em que nos encontramos. Daí termos que parabenizar a mesma, pois ela cumpre fielmente sua função de guarda dos interesses do capital estrangeiro, pois socializou os prejuízos e privatizou os lucros.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria também de dizer que, na tarde de ontem, me surpreendi com a atitude do eminente Líder Erondy Silvério que, ao me conceder um aparte, quando se encontrava na tribuna ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra o orador que falta um minuto para o término de seu tempo.

O SR. DARCY DEITOS — Obrigado. Quando se encontrava na tribuna, não me deixou concluir meu pensamento. Sua Excelência a quem respeitamos e que tem sido um "gentleman" no trato com os Srs. Parlamentares desta Casa, mas queria, concluindo meu aparte de ontem, Sr. Presidente, dizer que a explanação feita pelo Sr. Erondy Silvério me levava ao raciocínio que a máquina de Governo do Sr. Ney Braga estava emperrada e que seu secretário é inoperante. Por isso que houve necessidade de se criar a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios.

E por falar nela, Sr. Presidente, gostaria de citar dois fatos que me chamaram a atenção: o primeiro, Sr. Presidente, foi de um Sr. Prefeito que, ao receber o cheque, chorou copiosa-

mente. E o segundo, de um Prefeito que ao receber seu cheque beijou a testa do Sr. Saul Raiz.

Se a moda pega, Sr. Presidente! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Salário - Sindicalismo.

O maior golpe do golpe.

Um dos pontos mais cáusticos dos regimes autoritários é a concentração de rendas em poder dos poderosos que procuram diminuir o poder aquisitivo das massas trabalhadoras, submetendo-as sob um regime forte de economia para poder triunfar o seu governo.

Um dos fatores preponderantes do movimento que chamaram de Revolução de 1964, foi o problema inflacionário, que girava, na época, em torno de 93 por cento, ao ano.

Mas, se esse índice ensejou a tomada do poder, em 1964, que dirá, então, a Nação hoje, Sr. Presidente, com uma inflação previsível da ordem de 150 por cento, depois de fechar o balanço financeiro do exercício de 1980, com um índice superior a 110 por cento?

Teríamos que ter, a cada 6 meses, um movimento revolucionário.

E ao cabo de vários anos de decepções e frustrações do assalariado e da classe média, o Governo não exitou em debitar os altos índices inflacionários à elevação salarial.

Os governos pós 64 entenderam que o salário gera inflação e o sindicalismo era uma ameaça à ordem e prosperidade.

Para tanto, criaram - de um lado - a chamada DISCIPLINA SALARIAL, mais conhecida pela violência do arrocho salarial e - de outro - fecharam sindicatos, prenderam líderes dos trabalhadores, introduziram leis fascistas de anti-greve, impuseram o FGTS e procuraram de toda maneira aumentar a tutela sobre as atividades sindicais e operárias.

Entretanto, tudo em vão.

Arrocharam impiedosamente os ganhos dos assalariados, sob o perverso conceito de que causavam e causam inflação, só que os salários não subiam ao nível da inflação sempre crescente. Aliás, nos últimos 17 anos, a INFLAÇÃO SEMPRE FOI MAIOR QUE OS AUMENTOS SALARIAIS.

E a tão famigerada DISCIPLINA SALARIAL, como os ministros da área financeira titularam, acabou reduzindo salários mas concentrando extremamente a renda nas mãos de poucos. É óbvio que se arrocharam o salário, transformando o ganho num atestado de miséria e fome, alguém ficou com os resultados que saíram do bolso do trabalhador.

Assim é que quem mais padeceu, foi violentado em suas condições de vida, aviltado na dignidade, foram os assalariados, de todos os setores da atividade.

Empregado do campo ou das fábricas, comerciários, funcionários públicos, etc., estes são os grandes deserdados do regime.

Regime imposto à força.

Forte como nenhum governo durante a história deste País, nem na época do Império.

Mas se o governo do autoritarismo reuniu toda força e opressão sobre o salário, sobre o trabalhador, foi impotente, frágil e comprometido no combate à inflação e promoveu o mais expressivo entreguismo desta Pátria.

O ex-presidente Médici nos enganava dizendo que "o Brasil é uma ilha de prosperidade num mar de tormentas". Só que a prosperidade era de alguns e a pobreza ampliava-se à esmagadora maioria.

Veja-se que o salário é a maior prova da pauperização do

povo brasileiro. Há 11 anos passados, o trabalhador comprava um quilo de carne com apenas três horas e nova minutos de serviço.

No início deste ano, para adquirir esse mesmo quilo de carne, eram necessárias sete horas e trinta e sete minutos.

E, de resto, o mesmo aconteceu com todos os gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Em 1965, um operário precisava trabalhar 262 horas mensais para manter-se e sustentar mulher e dois filhos.

Em 1980, quinze anos depois, são necessárias mais de 500 horas para poder obter o mesmo consumo.

Eis aí uma das heranças do regime pós 64.

E o que dizer quanto ao sindicalismo, foro competente, necessário e fundamental, para o trabalhador defender seus direitos?

Sindicatos sob intervenção.

Líderes incursos na Lei de Segurança Nacional.

Pois o regime como é contra o estudante e suas organizações, contra o professor e sua luta e mobilização também o é contra as organizações dos trabalhadores, quer pelos sindicatos isolados ou mesmo pela sonhada Central única dos Trabalhadores.

Só que o peleguismo incentivado pelo regime, acabou aos poucos sendo sepultado em razão da luta do operariado, contra a violência policial e a legislação sindical repressiva.

E estão aí os trabalhadores. Se organizando nos locais de trabalho, exigindo sua estabilidade, lutando pelo delegado sindical eleito por todos os operários, estimulando a unidade sindical e mesmo com a greve proibida, milhares de trabalhadores em todo o Brasil têm paralizado seu ofício como FORMA DE CONQUISTAR OS SEUS DIREITOS.

Por conseguinte, embora o Golpe de 64 atingiu todos os brasileiros, os golpeados com mais violência foram os trabalhadores e suas organizações sindicais.

Mas apesar de tudo isso, o operariado vai se conscientizando, vão aparecendo sindicatos livres, vai se retomando a luta do trabalhador. E este hoje sente e sabe que "trabalhador unido jamais será vencido".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um novo golpe está sendo preparado contra o bolso do povo brasileiro.

A Associação Brasileira de Administradoras de Imóveis, está confirmando que o aumento dos aluguéis a partir de 1.º de abril, será calculado na base de 60.59%.

Isso vai gerar uma elevação anual de cem por cento e alegando amenizar a situação, esta associação faz duas ridículas propostas. — a primeira delas, propor ao BNH uma linha de financiamento para aluguéis de imóveis para os que não tiverem acesso à casa própria devido a baixa renda familiar.

Ora, todos sabemos que o BNH foi criado com a finalidade de construir casas e entregá-las em caráter definitivo, de financiar casa própria e não alugada.

A segunda proposta dessa Associação, — é o reajuste semestral, para que os locatários não sintam o impacto. Ora, o impacto nós estamos sentindo desde 64 e agora mais do que nunca com o aumento de muito mais de cem por cento.

Então essa proposta dessa Associação, é uma grande e verdadeira vergonha nacional.

É uma proposta absurda que não vai favorecer a ninguém a não ser aos proprietários de imóveis e principalmente as admi-

nistradoras.

Apesar da legislação vigente no País, o problema do inquilinato continua longe de ser resolvido de maneira satisfatória, falta e obrigatoriedade de um contrato de locação padronizado.

E essa medida, essa proposta dessa Associação Brasileira de Administradora de Imóveis, é uma manobra dos administradores de imóveis para aumentar seus lucros.

Trata-se realmente, de um negócio rentável administrar imóveis.

Em 1970, Curitiba não possuía mais do que 15 administradores, hoje, segundo informações da própria Associação, em Curitiba existem 1344 administradoras registradas, e as administradoras cobram o depósito inicial que aliás, por lei, este depósito inicial tinha que ser colocado numa caderneta de poupança.

Existe o artigo 32, da Lei 6649, que prevê um depósito inicial em caderneta de poupança, para que o locatário possa então ser ressarcido com juros e correção monetária.

Poucas fazem e quando fazem ainda fazem porque a Lei obriga.

Cobram também, taxa de expediente de inquilino. Cobram pela redação do contrato, cobram Imposto Predial e isso muitas vezes, sem apresentar as contas ao morador.

Então, é realmente, um massacre total contra aquele que é um dependente do aluguel. Nós possuímos casa própria, muitas vezes não sentimos este problema, mas nós temos que ir conversar com aqueles que estão morando em casa alugada, sentir o problema dessa gente para poder então, depois, falar também por essa gente. Eles estão sofrendo, estão sendo visivelmente massacrados e agora, o Governo Federal, parece que não está atento a este detalhe e está caindo neste conto da Associação Brasileira de Administradora de Imóveis.

Nós estamos então, fazendo este apelo ao SEPLAN, Planejamento do Governo Federal se é que existe, e também ao SIPI, para que breque essa proposta de reajuste semestral, que interessa diretamente aos associados da ABADI pois a cada 6 meses, estarão cobrando pela renovação de todos os documentos e massacrando o inquilino.

Não resta dúvida, concluindo, de que estamos necessitando de um segundo Grito do Ipiranga.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

1964, a Revolução que não houve. Tio Sam, que o diga.

Cabe, Sr. Presidente, de uma vez por todas, desmistificar e desmascarar a farisaica idéia propagandeada de que em 64 tivemos uma Revolução no Brasil.

A começar pelo fato de que REVOLUÇÃO significa mudanças radicais de estrutura e também de poder, e a terminar porque o que tivemos foi mais um golpe militar, como centenas de outros na América Latina, com a derrubada de um Governo legitimamente eleito pelo povo.

Sendo que este golpe, teve a inspiração, coordenação e integral apoio dos Estados Unidos.

Do movimento de 64, participaram também brasileiros, civis, militares e religiosos. Muitos envolvidos pela boa-fé, outros, conspiraram de má-fé.

Mas, Sr. Presidente, se alguns dos aspectos que vamos trazer hoje, aqui na tribuna, são já de conhecimento de tantos, é fundamental que possamos dizê-lo, porque principalmente a juventude e aqueles que não adentraram ainda numa pesquisa maior, precisam saber da verdade.

Assim é que, para conhecer a verdade da história recente

do Brasil, qualquer pessoa necessita conhecer o Instituto de Estudos Latino-Americanos, a Biblioteca Lyndon B. Johnson (onde estão oito caixas de papéis sobre o Brasil pré e pós março de 64), a Biblioteca John Kennedy, em Massachussetts, a Coleção Latino-Americana da Universidade do Texas, a Biblioteca do Congresso em Washington, entre outros locais, onde se encontram à disposição de quem desejar, inclusive porque seu acesso é regulado por princípio constitucional dos Estados Unidos do direito a informação, e lá estão memorandos, decisões, planos, comunicados, ordens e outras coisas, comprovando amplamente a decisiva participação dos Estados Unidos no golpe militar de 31 de março de 1964.

Com a renúncia do contraditório meteórico Jânio Quadros, assumiu Jango Goulart.

Embora recebendo um País em inquietações políticas e transtornos econômicos a situação tendia a se agravar. E a reação do País do Norte foi cada vez mais no sentido de dificultar o Governo Goulart e dar absoluto apoio aos elementos nacionais que se opunham ao mesmo.

Diz um dos especialistas no assunto e que já escreveu várias obras sobre o problema, que as atividades dos Estados Unidos abrangeram desde manipulações e sanções econômicas e políticas, até o apoio militar para a destituição do Presidente brasileiro.

Esse golpe, diz a escritora Philips Parker, efetuou a substituição da democracia incompleta do Brasil por um governo militar autoritário.

O embaixador Lincoln Gordon e outros altos funcionários norte-americanos sugeriram a deposição de Goulart para salvar a democracia no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, pior para Goulart do que a inquietação política passou a ser a nova lei de remessa de lucros aprovada pela Câmara dos Deputados em 29 de novembro de 61.

E os investidores privados internacionais entendiam que o Brasil que sempre os acolhera amistosamente, que tal medida portanto, criaria um ambiente hostil à comunidade empresarial norte-americana.

Sr. Presidente, o projeto de lei de remessa de lucros, tinha uma série de dispositivos que inibiriam os investidores estrangeiros, diziam: os lucros reinvestidos seriam considerados como capital nacional, e portanto não como parte da base para o cálculo de remessas.

Nesse projeto também as remessas anuais de lucros para o exterior se limitariam a dez por cento do capital registrado, sem qualquer dispositivo com respeito a depreciação do valor da moeda brasileira.

Além disso, as empresas brasileiras existentes não poderiam ser compradas por firmas estrangeiras.

Mas esta lei também previa que as companhias estrangeiras não poderiam tomar empréstimos de bancos brasileiros.

Também previa a lei de remessa de lucros que todos os residentes brasileiros seriam obrigados a declarar seus bens.

Esse projeto não se transformou em lei, mas o conceito de limitar as remessas de lucros tornou-se um tópico de debate nas duas casas do Congresso, e a perspectiva da aprovação de tais medidas arrefeceu o investimento estrangeiro, tornando-se um ponto de preocupação profunda para os interesses empresariais norte-americanos e os diplomatas daquele País.

Por isso, muito mais do que a política de anti-comunismo, de agitação e outras coisas, fundamentalmente a lei de remessa de lucros foi, na verdade um dos pontos básicos para a derrubada de João Goulart, como veremos a seguir.

Também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já no final de 1961, início de 62, o Embaixador Lincoln Gordon dos Estados Unidos recebia as primeiras sugestões sobre a necessidade de um golpe.

Planos confessados pelo Almirante Sílvio Heck num almoço que promoveu juntamente com o Embaixador.

E nos bastidores marchas e contramarchas aconteciam, sob a vigilância do Embaixador estadunidense, do adido da defesa daquele País, Vernon Walters e de tantos outros.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não era somente os conspiradores sob a tutela norte-americana, também tínhamos o IBAD, o IPES, a CIA e outros "bichos". O Instituto Brasileiro de Ação Democrática organizado já em 59 foi, na verdade, fundado em princípios de 62.

Passaram a aglutinar os opositores civis do Governo populista, entre eles: Julio Mesquita Filho, Herbert Levy, Miguel Reale, Armando Falcão, Aureliano Leite, Bilac Pinto, Amaral Neto, João Calmon, Conceição da Costa Neves, Sílvio de Almeida Prado, Plínio Correia de Oliveira, Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Magalhães Pinto, Ildo Meneghetti, entre outros.

Mas, Sr. Presidente, o IBAD, com recursos financeiros imensos, conseguidos das mais diversas fontes, principalmente dos monopólios norte-americanos e europeus e algumas empresas nacionais, os fundos originados também do acordo do trigo norte-americano manejados pela Embaixada Norte-Americana, de dotações da Aliança para o Progresso e das verbas secretas da CIA, estes organismos, por exemplo o IBAD e o IPES, exerceram um papel importante na liquidação do regime democrático.

Conforme ficou provado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática financiou a campanha de 250 candidatos a Deputado Federal e de 600 a Deputado Estadual e vários governadores.

A chamada bancada do IBAD na Câmara chegou a congregar 111 Deputados.

A maior massa de recursos foi lançada em Pernambuco em favor de João Cleofas, para impedir a eleição de Miguel Arraes.

Paralelamente, Sr. Presidente, a Embaixada Norte-Americana e a CIA se lançaram inteiramente na campanha golpista, obedecendo a nova orientação da Casa Branca. E Lincoln Gordon mais freqüentava o Palácio da Guanabara, de Carlos Lacerda, do que de Laranjeiras.

A imprensa norte-americana refletia, descaradamente, a política de Johnson em favor das soluções militares.

O "Indianópolis Star", por exemplo, perguntava, no Brasil, onde os postos no Congresso se compram com alguns dólares, devemos decidir o que é melhor para os nossos interesses, manter um Goulart vacilante ou substituí-lo por um regime de governo militar. E concluía o editorialista. — estes, os interesses norte-americanos, somente podem ser plenamente defendidos por um Governo militar.

Mas o "United States and Reported" afirmava também que no Brasil havia chegado o momento da intervenção militar dentro da velha tradição latino-americana, para salvar as instituições.

Sr. Presidente, os dias se passavam, mas a consternação mais aguda atingiu o Embaixador dos EEUU, quando Goulart assinou, em janeiro de 64, a Lei de remessa de lucros, considerada muito restritiva aos interesses americanos e que fora aprovada pelo Congresso em 1962.

Aliás, quando se fala no período pré-64, 31 de março, sempre se esquecem de fazer referência a esta lei assinada por João Goulart em janeiro de 64, disciplinando rigorosamente a remessa de lucros, como prevendo outras medidas restritivas a espoliação estrangeira em nosso País.

Mas a cada dia a conspiração aumentava e pequenos grupos de militares começaram a se organizar e os antes pequenos grupos de militares começaram a se organizar com mais afinco contra o Governo, porque estes grupos se articulavam já desde a posse de João Goulart.

E conforme confessou mais tarde, o ex-Adido da Defesa Werner Walters, foi em janeiro, fevereiro, que Castelo Branco

juntou-se aos conspiradores e tornou-se seu líder. Em março de 1964, Lincoln Gordon cabografou para o Departamento de Estado Norte Americano, pedindo substancial reforço militar daquele País ao Brasil, porque ali era o começo da queda do Governo.

No dia 13 de março de 64 viajava ao seu País o embaixador dos Estados Unidos, para atender uma convocação feita pelo Presidente Lindon Johnson, de todos os embaixadores norte americanos, na América Latina.

No dia 16 de março, a reunião apresentava uma nova doutrina, doutrina esta elaborada pelo Secretário assistente de assuntos latino-americano, Thomas Mann, era a nova doutrina política dos Estados Unidos. Doutrina esta que poderia ser resumida na determinação de que os Estados Unidos não mais procurariam punir as Juntas Militares, por derrubarem regimes democráticos.

Evidente que isso era o contrário do que propunha a política do ex-Presidente e ajuda econômica, nos regimes militares recém criados, a menos que oferecessem firmes garantias de restabelecimento do Governo Democrático, em futuro previsível.

Mas acontece que Kennedy estava morto.

No dia 22 de março de 64, retorna dos Estados Unidos, com a nova doutrina na mão, o embaixador conspirador. E em seguida passou a avaliar a situação do Brasil, novamente e a emitir sugestões políticas.

E a cada dia, mais e mais se articulava o golpe.

E veio, Sr. Presidente, o dia 31 de março.

O dia 31 de março de 1964.

Mas esse dia 31 de março, tem antes disso uma pequena história a ser contada.

A famosa reunião às 11 horas e trinta minutos da manhã, em Washington, quando o Secretário Jimmy Rusky e outros representantes do Departamento de Estado, estudavam a situação militar do Brasil e sobre a capacidade de apoio aéreo e naval dos Estados Unidos, ao golpe militar.

Aliás, Sr. Presidente, uma das obras mais completas sobre o assunto, comenta detalhadamente essa reunião muito estratégica das 11 e trinta da manhã, de 31 de março, nesta reunião e numa outra realizada antes, considerou-se e aprovou-se um plano militar preventivo, que ia mais longe do que as duas sugestões à Embaixada do Rio, de que se devia enviar petróleo e uma frota de porta-aviões ao Brasil.

Esse terceiro plano compreendia providências, que incluíam o envio de armas e munições ao Brasil, como apoio preventivo aos conspiradores.

Mas toda a operação se desencadeava, Sr. Presidente. E na tarde de 31 de março, os Estados Unidos começaram a transformar os planos preventivos em ação, porque tudo estava se comunicando por Telex, por memorandos, por outras maneiras de comunicação da época.

O primeiro plano, Sr. Presidente, e isso a juventude também precisa saber, e muitos que fazem como a avestruz, também precisam sempre ser lembrados, de que o primeiro plano, posto em prática, no dia 31 de março à tarde pelos Estados Unidos, foi o envio de um porta-aviões de ataque, pesado, o Fourstel e destroiers de apoio, inclusive um destróier equipado com mísseis tele-guiados em direção das águas brasileiras.

A finalidade dessa força-tarefa era firmar a presença dos Estados Unidos nessa área, e estar preparada para executar as tarefas que lhe fossem designadas.

O apoio adicional dos navios compreendia petroleiros bélicos, navios de munições e navios de mantimento.

Sr. Presidente, por incrível que possa parecer, a operação, o plano de intromissão no Brasil, o projeto elaborado pelo General de Divisão, nomeado comandante da missão chamava-se "Brother Sam", "Irmão Sam".

Essa operação combinava a força tarefa de porta-aviões e apoio, planejada pela Embaixada dos Estados Unidos, no Rio, com a operação preventiva organizada em Washington, a fim de fornecer armas e munições para os conspiradores militares do Brasil.

Sr. Presidente, o filme é o mesmo, e cada um dos Srs. talvez já assistiu por aí. Mas, os chefes conjuntos do Estado Maior instruíram o comandante chefe para transportar por aviões 250 espingardas de caça, calibre 12, marcadas com "Brother-Sam", da base de Porto Rico para o Rio de Janeiro.

Além disso, Sr. Presidente, 110 toneladas de armas portáteis e munições marcadas "Brother-Sam" deveriam chegar o mais tardar ao meio-dia, hora oficial dos Estados Unidos, à força aérea de Nova Jersey, para serem transportados por avião ao Brasil.

Os aviões destinados a essa missão compreendiam: 7 aviões de transportes CI-135, 8 aviões de caça, até 8 aviões-tanque para apoio do socorro aéreo, um avião de comunicações, e um posto de comando transportado pelo ar.

Enfatizava o caráter sigiloso das instruções do "Brother-Sam", de que 4 navios-tanques fossem carregados com um total de 130.000 barris de gasolina comum, 272.000 barris de combustível para jatos, 87 barris de gasolina de aviação, 35.000 barris de óleo diesel, 20.000 barris de querosene. Os navios eram esperados em Aruba, às 7 da noite, hora do Rio, do dia 31 de março, onde seria descarregado."

Sr. Presidente, se podem parecer cansativos estes dados, mas é uma realidade, é uma realidade, e os documentos estão por aí.

Sr. Presidente, dia 31 de março de 1964.

A Revolução que não houve, o golpe militar que se efetivou.

Neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando anos e anos nós poderíamos avaliar, não cabe neste nosso pronunciamento, e nem é nossa intenção avaliar os objetivos externos propagandados para se fazer este golpe.

Mas, nos interessa sim, que pouco a pouco a história recente do Brasil tenha o conhecimento de nossa gente, do nosso povo, da nossa juventude, para saber como se manipulam nos países do Terceiro Mundo, os golpes e os contra-golpes, para manter os domínios e os interesses do imperialismo.

Com um aparte, com prazer, o Deputado Waldyr Pugliesi, em seguida o Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Companheiro Nelson. Estou ouvindo com bastante atenção o pronunciamento que Vossa Excelência faz, radiografando esses últimos anos da história do Brasil.

Tenho uma proposta a fazer a Vossa Excelência, que se encontra na tribuna. Proponho que Vossa Excelência fique um minuto em silêncio, como homenagem a todos aqueles que foram perseguidos, injustiçados, desaparecidos, torturados e mortos nestes últimos 17 anos, é a proposta que faço a Vossa Excelência. Que fique um minuto em silêncio, nesta tribuna, como homenagem a todos aqueles que foram, torno a repetir, injustiçados, perseguidos, desaparecidos, torturados e mortos.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte do Deputado Waldyr Pugliesi e esta Liderança acata o que os seus liderados propoem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, tenho que levar para o lado da jocosidade uma proposta

dessa natureza.

Porquanto todas as propostas sobre o funcionamento, sobre o mecanismo de funcionamento do Poder, devem ser dirigidas, por escrito, à Mesa, para que esta submeta à apreciação do Plenário.

Poderíamos até votar favoravelmente, porque mais de trezentos defensores da lei também foram covardemente assassinados pelos elementos de esquerda, pelos comunistas que, há muito tempo, vêm tentando tomar o poder no Brasil.

Então, até poderíamos votar favoravelmente, desde que, dirigido à Mesa, e Vossa Excelência, Sr. Presidente, submetesse à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta o nobre Deputado Waldyr Pugliesi se deseja encaminhar à Mesa solicitação nesse sentido.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, acredito que o oratório está sendo destinado ao orador que está na tribuna.

Esse horário lhe percente. Acredito que o orador que se encontra na tribuna deva dispor desse horário da maneira que melhor lhe aprouver.

No nosso entendimento, fica essa posição, se o orador, que está na tribuna, aceitar aquilo que estamos fazendo como sugestão, para que se faça um minuto de silêncio, neste País, nesta Casa, agora, como homenagem, àqueles que estão, inclusive desaparecidos.

Conheço gente que está reclamando os ossos dos familiares, para poder prestar as homenagens a esses seus familiares.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, o Deputado Waldyr Pugliesi está fazendo um discurso paralelo, numa Questão de Ordem levantada à Mesa. Não cingiu-se apenas à Questão de Ordem.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, gostaria de interceder, dizendo que já fiquei mais de um minuto e estou satisfeito por atender essa sugestão do Deputado. Feita a homenagem, agradecido o silêncio que fiz, continuo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso sentido é muito claro ...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, como Deputado com assento nesta Casa, peço a Vossa Excelência que retire meu nome dessa homenagem para comunista. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É interessante, neste momento, que todos nós possamos refletir nessa presença norteamericana inspirando, coordenando, estimulando e patrocinando, esse tipo de comportamento político-militar.

É óbvio, Sr. Presidente, que a Lei de Remessa de Lucros, passou, no caso e no episódio de 64, a ser muito mais importante do que qualquer perplexidade política ou econômica que possa existir no País.

E nós precisamos, neste instante, não deixar, de maneira nenhuma, que nossa memória possa ignorar esses acontecimentos.

Porque, é importante que os tenhamos vivos, para que não

possamos, amanhã ou depois, de boa ou de má-fé, mais uma vez sermos iludidos, em nome de princípios democráticos, do grande líder cristão e democrático dos irmãos do norte, venhamos a cair em mais uma arapuca. Uma arapuca que deixou o que, Sr. Presidente?

O balanço que haveríamos de fazer dos dezessete anos, o que ficou, Sr. Presidente? O que ficou, efetivamente?

Valeu a pena tanta violência? Valeu a pena tanto arrocho salarial? Valeu a pena a violenta concentração de rendas? De que valeram os princípios pelos quais se diziam para efeito externo e de propaganda, que haveria de se fazer uma revolução neste País?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nunca se viu o trabalhador brasileiro tão massacrado e aviltado como nestes anos; nunca se viu a subnutrição avançar celeremente em cada lar, em cada casa, em cada criança; nunca na História do Brasil se viu tanto empreguismo acobertado, presenciado e estimulado pelos detentores do Poder.

Para que tanta violência, Sr. Presidente? Não valeu a pena e fiquemos alertas, quando estão mais uma vez, as "aves de rapina" voando por aí, os atentados terroristas, nas ameaças de uns e de outros tentando, sim, repetir isso que eles já participaram uma vez e que não conseguem agora ter o silêncio da democracia, não conseguem agora viver na liberdade, porque para eles é preciso as trevas, porque os homens que vivem nas trevas odeiam as luzes, e a Democracia é luz, a liberdade ilumina, e o Brasil precisa de luz, exatamente para acabar com as trevas.

Por isso, Sr. Presidente, o balanço final é triste, é constrangedor, mas acima de tudo é necessário que jamais percamos a visão da memória, essa visão histórica de que de nada valeu quando o povo não participa, de nada valeu o Reverendo Playton vir aqui com um rosário na mão, de nada valeu o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, patrocinar marchas com Deus pela Família e liberdade, e quantos brasileiros inocentes marcharam com terços na mão, pela marcha com Deus pela família e liberdade.

Acabamos ficando com Deus, e perdemos a liberdade só a família nos restou.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao Deputado que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O Deputado Nilton Friedrich poderá ocupar mais sete minutos o horário da Liderança, e os restantes serão ocupados pelo Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e continua com a palavra o Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concedo o aparte ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que o pedira antes.

O Sr. Nilso Sguarezi — Sr. Deputado, uma frase célebre diz que "a História é escrita pelos vencedores". Sessenta e quatro vencidos e vencedores. Os vencedores, a seu modo, a seu interesse, passaram a escrever uma História do Brasil. É evidente que nos bancos escolares não se contou esta operação.

É evidente que o calendário do IBGE no último semestre de 63, não foi dito às crianças brasileiras de que entraram 4.500 boinas verdes americanos como turistas. A força militar que já estava dentro da Nação brasileira, pronta para entrar em operação, se fosse necessário. Mas a História, foi escrita pelos vencedores.

A Igreja, que empunhando o terço e usando todos os púlpitos religiosos, organizou a Marcha com Deus, Família e Liberdade, que levou um milhão de cariocas e paulistas às ruas, uma instituição que tem mais de dois mil anos, passou a meditar sobre essa nova História que estava sendo escrita, e em função

disso é que a Igreja brasileira passou a reordenar a sua doutrina social aqui no Brasil e hoje quando a Igreja vem de público, através de uma das suas mais abalizadas autoridades dizer que aqui se instituiu um modelo e um regime pecaminoso, é porque esta Igreja faz uma autocrítica do erro que cometeu.

Ora, se a própria Igreja foi levada a cometer esse erro, que diria o povo brasileiro — coitado desse povo, — 60 por cento analfabeto, 80 por cento da nossa economia praticamente dependendo do imperialismo norte-americano.

Foi fácil para a grande Nação da América do Norte induzir o povo brasileiro de que efetivamente estaríamos caindo nas malhas dos comunistas, aqueles comunistas que se chegava a afirmar em 64, que trucidavam criancinhas com espadas.

Daí, Sr. Deputado, que a História do Brasil começou nos últimos anos a ser reescrita, não mais pelo Governo, mas pelo povo, ser reescrita pelos metalúrgicos que não concordaram mais com a falácia, com o sofisma e com a mentira, de que altos salários inflacionam.

Passou a ser escrita pelo desapropriado de Itaipu, pelo colono suinocultor que foi às ruas e protestou, e passou a enfrentar essas baoinetas que derrubaram o regime em 64.

E é a nova História do Brasil que está sendo escrita, a história que clama por liberdade, a história que clama por independência, a história que entende que os americanos levam todo mundo na conversa, sob o estigma, sob a falácia, sob o sofisma do comunista, quando eles vão diretamente com as suas fábricas de coca-cola, com seu Nestlé na China, do domínio imperialista da exploração do capital.

Por isso, Sr. Deputado, afirma com muita propriedade Vossa Excelência, de que o balanço desta Revolução não pode ser feito agora. Porque, para começar, revolução não houve. Só a história, quando o povo tomar realmente o Poder no Brasil, só com o tempo é que será escrita verdadeiramente, no entendimento e no interesse real da Nação brasileira, não do grupo que se assenhoreou do Poder, e que, lamentavelmente, esse grupo vem explorando a todos os brasileiros.

Porque, quando se analisa 64, se cai no erro comum de analisar o problema das paixões internas que esse movimento surgiu. Se debatem os brasileiros entre a Situação e Oposição, mas todos estão sendo explorados, está sendo explorado o homem do PTB, do PP, do PDS, do PT, todos, indistintamente, os brasileiros, que vivem dentro deste território, estão sendo explorados pelos americanos.

E veja Vossa Excelência, que durante o Governo Geisel, quando o Brasil, fazendo um mal negócio do Acordo Nuclear, um mal negócio para o Brasil, quando fez o negócio do Acordo Nuclear com a Alemanha, os americanos berraram violentamente.

Porque, na verdade, o que as Nações desenvolvidas e poderosas querem, é explorar os menores. Como o homem rico, via de regra, se torna rico pela exploração dos menos favorecidos. Assim, é a mesma coisa, as Nações maiores para as menores.

Então, Vossa Excelência fala com muita propriedade, desmistificando o termo "Revolução". o que houve aqui foi uma pura e simples operação militar muito bem encadeada pelos Estados Unidos, com alguns anos de antecedência.

Um processo que começou há exatamente dois anos, quando o Sr. João Goulart conseguiu tomar posse do Governo. Porque passaram após isso, a surgirem novas idéias, as idéias do trabalhismo, da emancipação econômica, da independência do Brasil como Nação e como potência.

A partir daí, Deputado, é que os americanos passaram a se preocupar com o Brasil e a colocação de 'boinas verdes' no Nordeste, provados com dados estatísticos do IBGE. Não é com um livro qualquer de autor, são dados estatísticos do IBGE que estavam no interior do Nordeste em 64, prontos a entrar em operação. Quase cinco mil "boinas verdes", tropas especia-

lizadas dos Estados Unidos, para dar sustentação interna, daquela força que não chegou a aportar mas que ficou acostada no Oceano Atlântico.

Por isso, disse muito bem Vossa Excelência, para começar não houve Revolução.

E o saldo deste balanço, foi trágico, é verdade, como disse o Deputado Waldyr Pugliesi, porque não interessa a mim saber se morreu o que combateu o atual Governo, ou se morreu o soldado brasileiro, que para defender ou usado para se antepor aos movimentos que pretendiam restaurar e devolver ao povo a liberdade desse povo se dirigir.

Para mim não interessa se morreram 300 da Oposição ou trezentos da Situação. Interessa é que morreram seiscentos brasileiros, mais uma vez industrializados, manipulados, única e exclusivamente pelo poder imperialista dos norte-americanos.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa comunica ao nobre Orador que, em razão da desistência do nobre Deputado Nestor Baptista, Vossa Excelência ocupará o restante do horário reservado ao PMDB.

Portanto, Vossa Excelência tem mais dez minutos para ocupar a tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Nilso Sguarezi, no seu aparte, enriquece sobremaneira o que dizíamos, promovendo a possibilidade de evidenciar que a própria Igreja, neste instante, está se redimindo pelo erro histórico que praticou.

Aliás, ela que tem na sua própria recente história, também mártires dessa situação, como Frei Tito e tantos outros, que sucumbiram, uns mortos, outros se suicidaram, em função da violência que sofreram, em função do martírio que passaram para entregar nomes que não conheciam, para informar ações que não sabiam e principalmente, para dizer e confessar o que não tinham a dizer nem a confessar.

Também dizia o Deputado Nilso Sguarezi de que o saldo está aí e é muito claro, mas é fundamental também que se diga que nós, comunidade civil deste País, não podemos deixar de permanecer em vigilância e alertos exatamente para evitar que sejamos manipulados, manipulados por propaganda, como esta de anti-comunismo, de anti-sindicalismo, de anti-universidade, anti-tudo aquilo que organiza, que leva o povo à sua libertação e aos seus direitos fundamentais.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Deputado Nilton, Vossa Excelência coloca muito bem quando diz em alerta sobre a indústria do comunismo que o Governo divulga nesse País.

Eu só queria indagar de Vossa Excelência e colocar uma frase do Brigadeiro Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, como última frase da sua Ordem do Dia, em comemoração a esse 31 de março, quando ele cita como frase de encerramento uma frase de Geraldo Vandré, o grande poeta deste País. E diz o Ministro: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

As aves continuam nas penumbras e nas sombras, Deputado Nilton. E é preciso que todos tenhamos consciência, estejamos vigilantes com relação a determinadas frases de efeito e de impacto de Generais que tomaram este Poder à base de baionetas e fuzis em 64, para implantar aqui a maior corrupção que a história do Universo conhece.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Deputado.

E nós sabemos que se a nós não interessa revanchismos, se a nós não interessa nada mais do que esse Brasil livre para os brasileiros, é que precisamos continuar, continuar denunciando e vendo que a Revolução que não houve e Tio Sam comprovou, ela tem um sentido muito profundo, porque há valores nos Estados Unidos, sustentado nos grandes momentos históricos que, inclusive, exigem o máximo de respeito pela dignidade e mérito do homem, e valores que compreendam idéias de justiça, igualdade e livre arbítrio, cada uma delas defendida como direito humano inviolável.

Mas, os homens que criaram os Estados Unidos e que inseriram em sua Declaração de Independência princípios deste quilate, estão aí hoje os povos de todo o mundo vendo que o programa de ação norte-americano está estruturado para beneficiá-lo política, econômica e militarmente.

E mais do que tudo indica, sem qualquer consideração. Não hesitam em empreender invasões, a empreender golpes militares sofisticadas vezes como agora se promove abertamente em El Salvador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queremos neste instante, ao concluir, dizer que na verdade os próprios norte-americanos hoje precisavam analisar pormenorizadamente os desastres históricos que vêm acontecendo seguidamente, manchados de sangue. O programa de ação dos Estados Unidos está claro no relato que fizemos aqui.

Mas, mais do que isso, freqüentemente o que lá acontece, é para efeito interno, e seus próprios benefícios que a sociedade americana atinge é sempre às custas do sacrifício dos direitos de outras Nações.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tão somente como sugestão, que fica a todos aqueles que queiram se interessar por este problema, há que se buscar esses dados e estas informações. Estão lá, nas bibliotecas, Lyndon Johnsson e John Kennedy. Estão nos Institutos de Estudo Latino-Americano da Universidade do Texas, na coleção latina-americana da mesma Universidade, na Biblioteca do Congresso em Washington, e inclusive nesta universidade, por apenas quinze cents se consegue xerox desses memorandos que acabamos de resumir nesta exposição.

É preciso, portanto, tirar essa mistificação, essa idéia farisaica de que foi feita uma Revolução neste País, porque havia perigo comunista, havia, na verdade, uma evolução constante do sindicalismo, porque tínhamos os desastres econômicos e sociais de todas as espécies reunidos em nosso País.

Na verdade, havia era interesse, principalmente do imperialismo, principalmente do monopolismo capitalista internacional que estava assim em jogo. Porque tínhamos, sim, uma Lei de Remessa de Lucros, começando a ser posta em prática, com rigor, para valorizarem o Brasil, valorizarem os brasileiros, valorizarem o que é nosso. Isto sim, haverá de ficar na História.

Isto sim, haverá de ficar, Sr. Presidente, quando pudermos levar, não em aulas de Moral e Cívica tuteladas, dirigidas, condicionadas, mas através da História verdadeira como ela deve ser.

Aí sim, esses subsídios que estão, por exemplo, em oito caixas da Biblioteca Lyndon Johnsson, no Texas, poderão ser utilizadas pelos historiadores para, na verdade, fazer a História que o Brasil precisa conhecer.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, basta concluir neste dia...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Termina, Sr. Presidente, termino como comecei.

1964, a Revolução não houve: Tio Sam que o diga. Simplesmente pôs em prática a verdadeira doutrina do imperialismo capitalista norte-americano. A América para os norte-americanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário. Tendo declinado, consulta à Liderança do PP. (Declina). Havendo declinado, consulta a Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, usarei a palavra por dez minutos, e o restante do tempo será destinado ao nobre Deputado Ezequias Losso.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvimos atentamente os diversos oradores da bancada da Oposição, que, como não podia deixar de ser, mostraram o seu desagrado, o seu descontentamento com o atual Governo brasileiro e com a Revolução de março de 1964.

Opinião que, efetivamente, não comunga o povo brasileiro. Tanto não comunga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo menos no Paraná, o povo paranaense, a cada eleição, vem consagrando o Governo nas urnas, mandando para esta Casa u'a maioria esmagadora. Isto prova, evidentemente, que o povo não comunga com os conceitos da Oposição.

Mas hoje, com muita esperteza aliás, o debate sobre a Revolução, a Bancada da Oposição procurou transferir para o campo internacional, como se o Brasil fosse uma presa disputada entre o capitalismo norte-americano e o comunismo selvagem dos Países do Leste, capitaneados pela União Republicana Social Soviética.

Aqui não se procurou analisar a obra revolucionária no seu aspecto administrativo.

Não se procurou fazer uma análise da política econômica do Governo, que os próprios homens do PDS condenam em determinados aspectos.

Não se procurou fazer uma análise da política financeira internacional.

Não se procurou fazer uma análise das dificuldades, das agruras porque passa todo o Mundo Ocidental.

Procurou-se, isto sim, atacar-se aqui os Estados Unidos da América do Norte, que não vamos defender — evidentemente — porque comungamos com quase que todos os mesmos conceitos que a Oposição faz sobre a nação Norte Americana.

Não estamos aqui, e ninguém da bancada do PDS, para defender companhias multinacionais, para defender a invasão de outros países, pelos "boinas verdes".

Também não vamos comentar os "boinas verdes" que estavam no Nordeste em 1964, que foi só o Deputado Nilso Sguarezi quem viu. Porque, a história realmente nos conta em 64, é que lá existiram os comunistas da Liga Camponesa, capitaneados pelo Deputado Julião e pelo Arrais, que ficou num país comunista durante todo o exílio, ganhando bom dinheiro com a exportação do petróleo para o Brasil, intermediário que era enriqueceu, voltou milionário.

Esses é que lá estavam, insuflando.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Lamento. Respeito e tenho grande admiração por Vossa Excelência, mas meu tempo é curto.

Vou analisar toda a peroração da Oposição sobre o movimento revolucionário de 64, no Grande Expediente.

Com dados, provar que a Revolução fez muito pelo País, principalmente no setor de telecomunicações, no setor de estradas, quando Vossas Excelências falaram em Itaipu; aí está Itaipu que será a redenção do País. O problema de desapropriação de terras existe realmente erros, mas que deverão ser corrigidos. Ninguém pode negar a importância, o valor desta obra para o futuro da Nação.

Quando Vossa Excelência fala em suinocultores, Vossa Excelência deve lembrar que a sua região nem com carroça se saía. Ninguém podia vender porco fora do Sudoeste, porque não tinha estradas, não tinha comunicação.

Hoje, qualquer estrada vicinal está asfaltada. E assim toda a Nação brasileira. Em todos os Estados se faz sentir a ação administrativa da revolução.

Isso Vossas Excelências procuram esconder.

(Tímpanos).

Sr. Presidente, estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa recomenda aos nobres Deputados, que está com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossas Excelências é que agem como avestruzes.

Enfiam a cabeça na areia para não ver a realidade. E eu me lembro, Sr. Presidente, que em 60, 61, 62, para se falar com São Paulo, pelo telefone, éramos obrigados a pedir a ligação às oito horas da noite do dia anterior para falar às oito da manhã do dia seguinte. Doze horas após, e se gritava tanto ao telefone, tão má era a qualidade dos serviços telefônicos que o nosso interlocutor ouvia lá em São Paulo. Não precisava nem fio para falar com São Paulo.

Hoje, fala-se com qualquer parte do mundo, em discagem direta. Hoje temos o melhor sistema de televisão, via satélite, do País.

O Brasil está fabricando, no Instituto Tecnológico de São José dos Campos, um satélite nacional, para termos as nossas transmissões diretas. Todas as conquistas do campo tecnológico principalmente no campo das comunicações sociais, é deliberadamente esquecida pela Oposição.

As nossas rodovias asfaltadas. O que se fez de asfalto neste País, em dezessete anos. E o plano habitacional? Hoje falou-se aqui que o Governo amputou uma conquista do trabalhador, que era a garantia do tempo de serviço. Ora, a conquista do trabalhador é realmente o seu Fundo de Garantia, porque ocorria antes da implantação do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço, numa firma, ele era indenizado, despedido e ficava na rua da amargura; hoje não. Hoje, o empregado tem o seu Fundo de Garantia. E o dinheiro do seu fundo de garantia move todo o sistema habitacional da Nação.

Hoje estão aí os conjuntos habitacionais, e a Nação brasileira está crescendo a olhos vistos, a cada dia. E a missão do Governo é conseguir um milhão e meio de empregos, anualmente, para os jovens que ingressam no mercado de trabalho.

E não entendo as contradições da Oposição. Falou-se aqui em inflação, de 120 por cento, e falou-se em recessão. Eles dizem que precisam combater a inflação; como combater a inflação sem recessão, sem tornar proibitivo o custo do dinheiro? Sem a poupança? Como debelar a Oposição? Por que é que a Oposição não apresenta a forma de o Governo debelar a inflação? Reduzir a inflação, sem uma mini-recessão, sem que torne difícil o dinheiro? Que o dinheiro realmente seja enxugado da praça, para que ele realmente não possibilite os gastos supérfluos.

Uma Nação só pode gastar aquilo que produz e, lamentavelmente, a Nação brasileira acostumou-se a gastar demais. Está aí o resultado dessa indisciplina do povo brasileiro com relação ao consumo. Estão aí os resultados.

Qual é a fórmula para reduzir a inflação? Qual a fórmula? Ora, Sr. Presidente, é um alarido de vozes que ninguém entende. E não vi nenhum Deputado da Oposição levar uma fórmula matemática para redução da inflação, porque inflação só se reduz com produção e poupança, e é evidente que o Governo está no caminho certo.

Os primeiros sinais, as primeiras tendências de redução

da inflação já se fizeram sentir, e temos absoluta certeza que ao final deste ano, se o Governo persistir nesta sua política de endurecimento no setor econômico, a inflação realmente será amenizada.

Porque a realidade é que o Brasil hoje, é um importador da inflação, porque a nossa conta de petróleo é realmente uma conta inflacionária. A cada vez que os Países da OPEP se reúnem e sobem um ou dois dólares no barril de petróleo, isto representa mais uma despesa inevitável para o Governo brasileiro e para todas as Nações que não produzem petróleo.

Esta é a realidade e disso não se pode fugir. Mas não se analisa uma revolução, um movimento revolucionário de dezessete anos em apenas dez minutos.

Não trouxemos nada escrito. Não tivemos uma assessoria que é contra os Estados Unidos, às nossas costas, para nos dar todos os dados. Eles estão bem entendendo o que quero dizer. A oposição está entendendo o que quero dizer.

Mas vou analisar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os dezessete anos desta Revolução no campo econômico, nas realizações feitas em favor do povo brasileiro, como também vou trazer aqui as críticas do PDS aos erros do Governo, principalmente em parte de sua política econômica.

Sabemos que isso realmente existe, e com elas não estamos concordes. Contra ela protestamos quase que diariamente nesta Casa. Cada Deputado da Bancada do PDS já se pronunciou contra medidas tomadas, principalmente pelo Ministro do Planejamento, que realmente não correspondem às legítimas aspirações e necessidades do povo brasileiro.

Sr. Presidente, o restante do tempo do PDS será destinado ao nobre Deputado Ezequias Losso.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao nobre Deputado Ezequias Losso, que tem cinco minutos para proferir sua oração.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero agradecer ao nobre Líder Erondy Silvério, pela oportunidade que nos confere, de apresentarmos a este Plenário distinto, os resultados do plebiscito que foi realizado no último domingo, dia 29 de março, no Distrito de São Jorge, Município de Altônia, plebiscito este devidamente autorizado por resolução desta Casa Legislativa, com vistas à elevação daquele mesmo distrito à condição de Município.

Na oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, observamos o vivo entusiasmo de lideranças representativas notadamente de diretores, de membros da Associação de Moradores e Amigos do Distrito de São Jorge e do povo que ali vive e trabalha.

Durante o período de consulta, compareceram às urnas, 3453 cidadãos. Desses, mais de 98 por cento, precisamente a expressiva soma de três mil, quatrocentos e treze, votaram pelo "sim", enquanto que apenas vinte e cinco optaram pelo "não", havendo somente seis votos nulos e nove em branco.

Em função desse resultado, com muita honra e satisfação, tive a honra de entregar ao Presidente João Mansur, há pouco, um ofício do MM Juiz Eleitoral da Zona respectiva, Dr. Wilson Roberto Raitani, acompanhado de uma cópia da ata final de apuração, para serem juntados ao projeto de lei de minha autoria, que visa criar o Município de São Jorge do Patrocínio.

Assim, atendida essa exigência, acredito que, com o apoio dos nobres Pares e concordância do Excelentíssimo Governador Ney Braga, a operosa população do próspero distrito poderá ver concretizado o antigo sonho da merecida emancipação política, conforme ressaltou o Padre Ernesto Pereira, no memorial justificativo que faz parte da respectiva proposição que tramita por esta augusta Assembléia Legislativa.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Airton Cordeiro, em nome da Liderança do PDS, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Pluripartidária, que acompanhará o desenvolvimento das negociações envolvendo a direção da Usina de Itaipu e proprietários das terras a serem desapropriadas. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilton Friedrich, na qualidade de Líder do PMDB, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial para interceder o impasse entre Itaipu e Agricultores. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Edilson Alencar, para compor a Comissão Especial Pluripartidária, que irá acompanhar as negociações envolvendo a Usina de Itaipu e proprietários de terras a serem desapropriados. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Airton Cordeiro, renunciando a condição de membro de todas as Comissões Técnicas Permanentes desta Casa. — Deferido. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 174/80, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON — FUNDEMAR, com sede e foro na Cidade de Mal. Cândido Rondon. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

17 Srs. Deputados aprovam; 02 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação e sim para prosseguimento da sessão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 177/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "Grupo Espírita Anna Franco", com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 177/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o GRUPO ESPÍRITA ANNA FRANCO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma organização de fins filantrópicos e que visa prestar assistência social, de acordo com os objetivos estatutários, à comunidade de nossa Capital.

A documentação que anexamos ao processo, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos em lei que regulam em nosso Estado, o Estatuto da utilidade pública.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que esperamos contar com a aprovação e apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 177/80

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o GRUPO ESPÍRITA ANNA FRANCO, com sede e foro nesta Capital.

A justificativa apresentada pelo autor do Projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do Instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE -- (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Max Kaufmann, ocorrido em Cornélio Procopio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Gequelim. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando apoio às reivindicações da Cooperativa de Cascavel e das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná, no sentido de que sejam prorrogados os prazos de custeio para os sojicultores. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando a anexação da documentação que acompanha o presente, ao requerimento datado de 06/11/80, assinado pelos Srs. Deputados Nilton Friedrich e Gernote Kirinus, ora em tramitação na CCJ desta Casa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança consubstanciado em pedido de informações sobre a criminosa expedição de carteiras de motoristas e sobre a corrupção no DETRAN de Umuarama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex, consubstanciado em apelo ao Sr. Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, para que seja o mediador no impasse surgido entre os agricultores desapropriados da região Oeste do Paraná e a Itaipu Binacional, sobre o montante das indenizações devidas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilton Friedrich, Gernote Kirinus e Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de apoio aos agricultores que lutam

por melhor indenização para suas terras que serão alagadas pelo reservatório de Itaipu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Agricultura e Indústria e Comércio, Banco do Brasil e Banco Central, encarecendo a concessão de um reajuste nos financiamentos de custeio já realizados, de forma a se destinar maiores recursos para a colheita do café. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, reivindicando alteração na legislação sobre ICM de bovinos, associando-se a pedido já realizado pela Sociedade Rural de Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação de Postos Policiais no Bairro Rincão de São Francisco, nos Parques Marumbi I, II e III, em Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo esclarecimentos sobre os fatos ocorridos na cidade de Florestópolis, envolvendo o Delegado de Polícia local e o Comandante da Polícia Militar de Porecatu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa dos trabalhos apresentados durante a realização do II Encontro Nacional dos Cafeicultores, em Poços de Caldas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de melhorar o atendimento no setor de segurança, bem como a instalação de um Posto Avançado de atendimento policial no Parque Marumbi I, II e III, no Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de louvor e aplausos ao Colégio Bom Jesus, pela inauguração da Aldeia Franciscana, no Município de Campo Largo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e congratulações à Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAI-PR, relembando a passagem do primeiro ano do assassinato do Líder Cainguanque Ângelo Cretã e pelo trabalho desenvolvido em favor dos núcleos indígenas do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, em forma de pedido de informações sobre certificados de qualificação profissional, expedidos pela referida Secretaria. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, na íntegra, o documento dos agricultores atingidos pelo lago da Usina de Itaipu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e solidariedade aos alunos do Colégio David Carneiro, de Mal. Cândido Rondon, presos e afastados injustamente do referido estabelecimento de ensino, após participarem de movimento pela recondução ao cargo de Diretor, do Professor Arno

Gerke. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto de Serviço telefônico na localidade de Duas Barras, no Município de Capanema. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e regozijo ao Sr. Governador do Estado, pelo reinício da construção asfáltica do trecho São Gerônimo da Serra-Piraí do Sul, conhecida como Estrada do Cerne. — Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, consubstanciado em apelo no sentido de ser concedida, ao guia do deficiente visual (cego) a gratuidade no transporte coletivo urbano. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem dos 91 anos de emancipação política. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Departamento de Estradas de Rodagem, consubstanciado em pedido de informações das razões geradoras da paralisação do asfaltamento da estrada que liga Toledo-Santa Helena, trecho Toledo-Ouro Verde-Luz Marina. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da RADIPAR, encarecendo que envide esforços para que Campo Mourão receba as imagens da TV TABORÁ de Cascavel. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a criação e instalação do ensino de primeiro grau, quinta a oitava séries, na localidade de Faxinal dos Castilhos, Município da Lapa. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do D.E.R., encarecendo diárias, auxílio moradia ou ajuda de custo para transporte de funcionários do 8.º Distrito em Cascavel. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SUREHMA, encarecendo providências para o problema de poluição ambiental causado por desprendimento de fumaça tóxica na Empresa Carelli & Cia. Ltda. em Cascavel. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do INAMPS, encarecendo a doação de uma perua ambulância, equipada, para o Hospital

Universitário de Londrina. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social no sentido seja enviado à cidade de Santo Antônio da Platina, uma equipe técnica a fim de apurar possíveis irregularidades nas panificadoras. — Encerrada a discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para uma observação, pois noto que encontram-se apenas quatro Srs. Deputados nas bancadas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu estou aqui também.

O SR. MÁRIO CELSO — Nobre Deputado, eu não falei no Plenário, eu fui claro, eu disse “nas bancadas”, e o senhor encontra-se em Plenário, na Mesa com o Sr. Presidente.
(Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE — (Suspende a sessão).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Ministério das Comunicações, encarecendo que se cumpra a lei que estabelece o percentual de 50% de música brasileira nas programações de rádio e casas noturnas. — Encerrada a discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas apelaria para que esta Presidência verificasse se há realmente “quorum” para prosseguimento da sessão, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 21 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso pela posse da nova Diretoria da APASEM - Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementês e Mudas do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e ao Ministério da Agricultura, sugerindo que adotem medidas visando isentar, a título de estímulo, do imposto territorial rural as áreas de terras não cultivadas pela existência de florestas naturais. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo seja determinado reparos no prédio da cadeia pública na cidade de Palmeira. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a substituição de viatura da Delegacia de Polícia de Palmeira, cujo veículo se encontra em péssimas condições de uso. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, pela outorga que lhe fez a Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, do título de “Personalidade

AECIC/81". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de uma cabine telefônica na localidade de Alto do Ouro Verde, Município de Tapira. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um monocal, na localidade de Nice, Município de Assis Chateaubriand. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanichet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela posse do Doutor Gerson Gonçalves na Presidência da Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "O Avanço da Imoralidade", publicado no jornal "O Estado do Paraná". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, em forma de apelo no sentido de determinar providências administrativas tendentes a melhorar a oferta de produtos farmacêuticos, nos postos de venda atualmente instalados. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação dos Distritos Judiciários de Diamante D'Oeste e Ramilândia, no Município de Matelândia. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valduga, Lázaro Dumont e Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade aos cafeicultores brasileiros pelo encontro na cidade de Poços de Caldas. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi e outros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente Regional do INAMPS, encarecendo a suspensão do credenciamento dos médicos que atenderam os menores Magno Luciano de Lima, em nossa Capital, e Marcos Nantes, no Município de Arapongas. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista, Waldyr Pugliesi e Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao trabalho desenvolvido pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná, bem como a transcrição nos Anais da Casa de seu documento "Propriedade e Uso do Solo Urbano" e de sua nota oficial sobre a mesma questão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Bernardi e outros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam registrados os sentimentos de solidariedade da Casa pelo primeiro aniversário do violento assassinato de Dom Oscar R. Romero, Arcebispo de El Salvador. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) com sede no Município de Prudentópolis, pela inauguração de seu centro social, esportivo e cultural. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a trans-

crição nos Anais da Casa, o trecho do discurso proferido pelo Sr. José Marcos Penteado de Toledo, Presidente da Sociedade Rural do Noroeste Paranaense, quando da abertura da XI Exposição Agropecuária e Industrial de Paranavaí, e publicado pelo "Diário do Noroeste", e que trata sobre o índice inflacionário em nosso País. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento bancário no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências junto à Chefia do 8.º Núcleo Regional daquela Pasta, para apuração de denúncias formuladas pelo cidadão Valdomiro Bigaton, referentes à conduta de professor. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SANEPAR, visando a instalação de rede de água e esgoto na sede do Distrito de Diamante do Oeste, Município de Matelândia. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando a composição de uma Comissão de Srs. Deputados para gestar junto ao Sr. Ministro dos Transportes, a reativação do transporte de passageiros, no trecho Maringá a Ourinhos. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar do Estado, denunciando violência cometida por policiais militares contra Lino Bilino de Goes, em Cascavel. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.º de abril do corrente ano, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/80.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 177/80, e de Resolução n.º 64/80 e da Proposição n.º 72/80.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Atas:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA — NONA LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia cinco de novembro de um mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões, registra-se a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Friedrich, Lázaro Dumont e Trajano Bastos. Em virtude da inexistência de "quorum" o Senhor Deputado Nelson Friedrich, Presidente da Comissão, deixa de abrir os trabalhos da reunião, que objetivava a apreciação do Projeto de Lei 135/80. O referido projeto visa a instituição de áreas de interesse especial no litoral paranaense e estabelece normas para o aproveitamento, uso, ocupação das mesmas, com pareceres do Deputado Trajano Bastos, relator da matéria e da Associação de Defesa e Educação Ambiental - ADEA. O Senhor Presidente justifica os motivos porque o sobredito projeto não será mais apreciado, aja vista que o decurso do prazo constitucional é vencível em data de amanhã. Para constar lavro o presente termo, que será pelo Senhor

Presidente e por mim assinado.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1980.

aa) NELTON FRIEDRICH – Presidente

Myrthes Magda Gomes – Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA – NOVA LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia vinte e três de novembro de um mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões, registra-se a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilton Friedrich, Ezequias Lasso, Quielise Crisóstomo da Silva, Lázaro Dumont, José Domingos, Trajano Bastos e Paulo Camargo. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão. A Secretária procede à leitura de atas anteriores, respectivamente, do dia cinco de junho e cinco de novembro do ano em curso, que são aprovadas, sem observações. O Senhor Presidente, em seguida, faz um retrospecto das

atividades desenvolvidas pela Comissão, no decurso da primeira e segunda sessões legislativas, afirmando que esse balanço apresenta um saldo bastante positivo. Agradece aos Senhores Deputados membros da Comissão pelo alto interesse que sempre demonstraram no trato de problemas relativos à Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspende a sessão pelo prazo de dez minutos para confeccionar a presente ata. Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente solicita à Secretária que proceda a leitura da Ata. Em votação, é a mesma aprovada sem observações. Em seguida, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos da Comissão, correspondentes ao período da Segunda Sessão Legislativa. A presente Ata será pelo Senhor Presidente e por mim assinada e, em seguida, publicada para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1980.

aa) NELTON FRIEDRICH – Presidente

Myrthes Magda Gomes – Secretária